



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**PROPOSIÇÃO Nº 036/2010**

Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de  
Financiamento do Nordeste – FNE para o exercício de 2011.

Senhores Conselheiros,

Prevê o inciso V, § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, que dá redação ao inciso II, art. 14 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, bem como a alínea “d”, inciso XII, art. 7º do Anexo I ao Decreto nº 6.219, de 04 de outubro de 2007, que compete ao Conselho Deliberativo da SUDENE, em relação ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, *aprovar anualmente, até o dia 15 de dezembro, a proposta de programação de financiamento para o exercício seguinte a qual deverá estar acompanhada de parecer da SUDENE e do Ministério da Integração Nacional*, e a alínea “e” do mesmo inciso; *encaminhar a programação de financiamento a que se refere a alínea “d”, da qual constarão os tetos individuais de financiamento, dentre outros elementos, juntamente com o resultado da apreciação das propostas de programação apresentadas, e o parecer que subsidiou a aprovação referida na citada alínea “d”, à comissão mista permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal.*

Em outubro deste ano o Banco do Nordeste do Brasil apresentou à SUDENE e ao Ministério da Integração Nacional-MI, por meio do ofício GAPRE-2010/1621, de 30 de setembro, documento com a programação do FNE para 2011. Estes dados foram analisados por equipe mista do MI e desta Autarquia, além de ouvidos os estados de sua área de atuação, daí resultando, além da própria programação, o Parecer Conjunto nº 07/SDR/SUDENE, de 26 de novembro do corrente, em anexo, que integra a presente Proposição.

**PROPOSIÇÃO:**

Diante do exposto, a Secretaria Executiva submete à aprovação desse Colegiado a proposta de Programação de Financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE para 2011, acompanhado do documento que norteou a análise, com a devida apreciação e recomendações, pedindo autorização, também, para promover o encaminhamento dessa documentação à Comissão Mista Permanente de que trata a Constituição Federal, inicialmente mencionado.

Recife, 07 de dezembro de 2010

**Paulo Sérgio de Noronha Fontana**  
Superintendente